



POLÍTICA DE PRIVACIDADE NO RECRUTAMENTO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

ENQUADRAMENTO

A A Temporária trabalha diariamente para garantir a segurança e proteção dos dados pessoais que trata.

No processo de recrutamento, assume a posição de responsável pelo tratamento de dados pessoais dos candidatos. As empresas clientes atuam como subcontratantes do tratamento de dados pessoais dos candidatos para efeitos de preenchimento de uma vaga de trabalho existente num cliente da A Temporária.

ÂMBITO

Esta Política de Privacidade de Recrutamento faculta às pessoas que se candidatem a uma vaga e/ou a quem seja proposta a celebração de um Contrato de trabalho (Candidatos), informações sobre a forma como os seus dados pessoais ("Dados do Candidato") são tratados pela A Temporária.

FUNDAMENTOS E FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os Dados dos Candidatos apenas serão recolhidos e utilizados para os efeitos aqui definidos e em cumprimento da legislação em vigor relativa a Dados Pessoais.

A Temporária apenas utiliza e trata os Dados do Candidato para os fins de recrutamento e seleção. Em caso de receção de candidatura espontânea e resposta a processo de recrutamento, o fundamento de licitude para o tratamento de dados respeita às diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados, conforme previsto na legislação aplicável (art.º 6.º n.º 1 al. b) RGPD) e o fundamento de licitude para efeitos de interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento para ofertas futuras (artº 6 nº 1 alínea f) do RGPD).

DADOS PESSOAIS QUE TRATAMOS

Para efeitos de recrutamento, podemos tratar os seguintes dados pessoais do Candidato:

- Dados de identificação (incluindo a sua imagem) e de contacto;
- Características pessoais;
- Dados académicos e profissionais;
- Detalhes de emprego.

A A Temporária poderá, ainda, tratar quaisquer outros dados que nos sejam fornecidos pelo Candidato, por um terceiro, ou que sejam obrigatórios por lei.

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

Por forma a manter o tratamento dos dados pessoais transparente e equitativo, a A Temporária, na qualidade de responsável pelo tratamento, assegura os seguintes direitos aos titulares dos dados:

O direito de acesso

O direito de acesso consiste no direito do titular em aceder aos seus dados pessoais tratados pela A Temporária e a informações relativas ao respetivo tratamento. Mediante solicitação, o titular dos dados poderá ter acesso às finalidades, às categorias, aos destinatários dos dados, ao prazo previsto para a conservação ou aos critérios utilizados na definição desse prazo, à origem dos dados, no caso de não terem sido diretamente recolhidos pela A Temporária, bem como às consequências da existência de decisões automatizadas e definições de perfis, se aplicável.

O direito de retificação

O direito de retificação consiste no direito a solicitar a retificação dos dados pessoais que dizem respeito ao titular, quando os mesmos estiverem errados, inexatos ou incompletos.

O direito de ser esquecido

Na qualidade de titular dos dados, o Candidato pode solicitar à A Temporária que cesse o tratamento dos seus dados ou que proceda ao apagamento dos mesmos, quando não sejam necessários à celebração ou execução do seu contrato de trabalho ou para o cumprimento de obrigações legais.

O Candidato pode ainda pedir à A Temporária que deixe de tratar os seus dados para finalidades específicas.

O direito à limitação do tratamento e de oposição

Como titular dos dados, o Candidato tem o direito de obter da A Temporária a limitação do tratamento. Tem, ainda, o direito de se opor ao tratamento dos seus dados ou o direito a retirar o seu consentimento, a qualquer momento.

A retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

O direito a apresentar uma reclamação

Como titular de dados pessoais, o Candidato tem direito a apresentar uma reclamação à autoridade de controlo sempre que julgue que os seus direitos, na qualidade de titular de dados, estão a ser violados.

O direito à portabilidade

Na qualidade de titular dos dados, o Candidato tem direito a receber os seus dados pessoais e a transmiti-los a outro responsável pelo tratamento.

O direito de não ficar sujeito a decisões automatizadas ou definições de perfis

Como titular de dados pessoais, o Candidato tem o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis.

O direito à informação

O Candidato tem ainda o direito a ser informado quando ocorra uma violação de dados pessoais suscetível de implicar um elevado risco para os seus direitos e liberdades.

Poderá contactar o Encarregado da Proteção de Dados (adiante designado por DPO) para averiguar se os seus dados pessoais são objeto de tratamento pela A Temporária ou para exercer os seus direitos de proteção de dados.

CORRESPONDÊNCIA NO ÂMBITO DO RECRUTAMENTO

A Temporária procede ao tratamento de Curriculum Vitae (vulgos CV) através da receção de e-mail em qualquer endereço de correio eletrónico dos trabalhadores da empresa, através da receção de candidaturas presenciais ou através de candidaturas enviadas para as plataformas onde a A Temporária divulga as vagas disponíveis. Qualquer troca de correspondência, seja via postal, seja através de e-mail ou por outra via poderá ser guardada e utilizada para as seguintes finalidades: resposta, envio de correspondência relativa a assuntos análogos ou manutenção de registo.

Caso pretenda que a A Temporária apague os seus dados pessoais ou deixe de utilizar os seus dados para envio de qualquer tipo de comunicação, por favor contacte o DPO.

PARTILHA DE INFORMAÇÃO COM TERCEIROS

Para além dos clientes aos quais os candidatos selecionados vão ser alocados, e que necessitam de aceder aos dados no âmbito do processo de candidatura, a A Temporária poderá transmitir os Dados do Candidato a entidades a quem recorra para a gestão de candidaturas, . A A Temporária apenas partilhará os Dados do Candidato com autoridades públicas (por exemplo, tribunais), a pedido e dentro dos limites da lei, para o cumprimento de obrigações legais a que estejam adstritas. A A Temporária não transmitirá os Dados do Candidato a quaisquer entidades que não apresentem medidas técnicas e organizativas adequadas ao cumprimento da legislação aplicável e à defesa dos direitos dos Titulares dos Dados e/ou que não assegurem o cumprimento do estabelecido nesta política de recrutamento.

Os seus dados pessoais não serão transmitidos a terceiros, salvo obrigação legal ou consentimento prévio do interessado.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A A Temporária mantém medidas de segurança física, digital e administrativa de processos, para salvaguardar os Dados do Candidato em relação a perda, interferências, utilização indevida, acesso não autorizado, divulgação, alteração ou destruição. Todos os colaboradores da A Temporária que tratam os Dados do Candidato estão vinculados a deveres de confidencialidade.

PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

Os Dados do Candidato serão mantidos até ao termo do respetivo processo de recrutamento e para serem utilizados em futuras oportunidades de emprego pelo período máximo de 6 (seis) meses. Este prazo é contado a partir da data da receção da candidatura ou a partir da sua atualização, caso seja efetuada alguma atualização dos dados pessoais do Candidato. Independentemente deste prazo, os dados relativos ao processo de recrutamento, devem conter com desagregação por sexo, designadamente, registo do processo de recrutamento que inclui número de candidaturas, número de candidatos em entrevistas, número de candidatos que aguardam o ingresso na empresa, resultados de testes ou provas de admissão e

balanços sociais relativos a dados que permitam analisar a existência de eventual discriminação. Todos estes dados serão conservados durante 5 (cinco) anos para efeitos de cumprimento de obrigações legais (Art. 32º do Código do Trabalho). Em caso de contratação do Candidato, os Dados Pessoais do mesmo serão tratados para o seu processo de admissão e celebração do respetivo contrato de trabalho, aplicando-se a Política de Privacidade de Colaboradores. Os dados pessoais recolhidos serão, ainda, conservados caso esteja em curso um processo judicial em que os dados pessoais sejam ou possam ter que ser utilizados ou os dados devam ter que ser mantidos nos termos da legislação em vigor, assim como durante o período necessário para a formulação, exercício e defesa de reclamações.

PROCEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

O Candidato deve enviar o seu pedido ao responsável de RH. Antes de responder ao pedido, a A Temporária pode requerer que o Candidato comprove a sua identidade e especifique: a) o tipo de dados a que quer ter acesso; b) em que sistema os dados poderão estar armazenados; c) as circunstâncias em que a A Temporária obteve os dados do Candidato; e) no caso de uma solicitação de retificação ou oposição, quais os motivos por que os dados estão incorretos, incompletos ou não estão a ser tratados em conformidade com a lei. A Temporária pode negar o pedido de um titular dos dados caso: a) o pedido não cumpra os requisitos do ponto anterior ou não seja suficientemente específico; b) a identidade do Candidato não possa ser comprovada; c) o intervalo de tempo entre vários pedidos do mesmo titular de dados não seja razoável.

PERÍODO DE RESPOSTA

No prazo de trinta dias após receção do pedido, o responsável de RH ou o Ponto de Contacto da Proteção de Dados da empresa informará o Candidato por escrito (a) sobre a posição da A Temporária em relação ao pedido e sobre qualquer ação que a A Temporária tenha adotado ou venha a adotar como resposta ou (b) a data final em que o titular de dados será informado da posição da A Temporária. O Candidato poderá reclamar junto do DPO caso a resposta não seja satisfatória.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Para qualquer esclarecimento adicional consulte a Política de Privacidade da A Temporária, disponível em <https://www.atemporaria.pt>. Nesse documento encontra disponibilizada mais informação respeitante aos elevados padrões de segurança em que se pauta a A Temporária no que respeita à proteção dos dados pessoais, bem como a explicação pormenorizada de conceitos desta área que pretenda ver esclarecidos.

DÚVIDAS E QUEIXAS

Em caso de dúvidas, preocupações ou queixas relacionadas com o tratamento de dados pessoais, tenha em consideração os seguintes contactos:

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO:

O Responsável pelo tratamento é a **A Temporária – Empresa de Trabalho Temporário Lda.** com sede na Rua Prof. José Lalanda Ribeiro, 10 Loja B 2500-884 Caldas da Rainha e contacto rgpd@trivalor.pt.

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO):

Maria Oliveira Carmo - Rua da Garagem, 10, 2790-078 Carnaxide – dpo@trivalor.pt.